

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campos Ipolon - Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 – Londrina-PR

Data: 25 de julho de 2018

Horário: 14h30 (1ª convocação)

1 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezoito foi realizada reunião ordinária do
2 Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, Rua Alagoas, 2015, Sala 1008,
3 Centro _ Londrina _ PR. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s: Marina
4 Bertonccini de Andrade, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Paulo Sérgio Aragão, Amanda Boza
5 Gonçalves Carvalho, Renata Gomes Simões, Maria Ines Louro, Luciana Ferreira Alvarez,
6 Maria Ines Galvão de Mello, Neusa Harumi Tiba, maria Angela Santini, Teresa Genvigir
7 Furlanetto, Janaína Stabile Soares Lenzi, Cassineia Caberlin, Caroline Tomaz Sakakura,
8 Jonas Munaretto do Vale, Simone Leal Peres, Alisson Fernando Moreira Poças, Edna Luiza
9 dos Santos, Liane Aparecida Lima, Rosana de Almeida Souza, Edna Costa de Oliveira.
10 Justificaram a ausência os conselheiros: Juliana Rodrigues da Cruz Santos, Luana Garcia
11 Campos, Liliane de Fátima Lankaites, Alvino dos Santos Murça (nome social: Vanessa).
12 Estiveram presentes também os seguintes participantes: Carmelita Alexandre da Conceição,
13 Camila Kauam Menezes Zulian – Instituto José Gonzaga Vieira, Aldeneide F da Silva, Zilma
14 Angélica da Silva, Renata Vasconcelos de Souza – UNIFIL, Paulo Aguiar – Pequena Missão,
15 Juliana Prette – Cáritas, Monica Moraes de Souza – Cáritas, Carlos da Silva – usuário Cras
16 Norte A, Marcio Antunes – ER-SEDS, Paula Neves – Provopar, Nilma de Assis Arruda –
17 Provopar. A reunião foi iniciada às 14h30. Teve como Pauta: **1. Aprovação de ata:**
18 **20/06/2018 e 11/07/2018, 2. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento**
19 **Estadual, 3. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento Federal, 4. Comissão**
20 **de Inscrição, 5. Comissão de Fundo, 6. Relato de Comissões, 7. Informes.** Neusa Tiba
21 iniciou parabenizando a todos pelo dia do amigo e dia do motorista. **1. Aprovação de ata:**
22 **20/06/2018 e 11/07/2018:** Apresentou as atas iniciando pela ata do dia 20/06/2018, aprovada
23 com 14 votos e 5 abstenções; ata do dia 11/07/2018 foi aprovada com 14 votos com 5
24 abstenções. **2. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento Estadual:** Amanda
25 Boza, Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social, informou os prazo que
26 município de Londrina tem para emitir o parecer referente os planos de ação
27 cofinanciamento Estadual e Federal para o ano de 2018, sendo o prazo até até 27 de julho
28 para o Plano de cofinanciamento Estadual e dia 10 de setembro para o Plano de ação
29 referente cofinanciamento Federal, pontuou que os planos já haviam sido analisados pela
30 comissão de fundo, ressaltou que ambos os planos as informações basicamente se resumem
31 na atualização dos dados, tendo em vista que o planos contemplam informações dos
32 serviços que já estão sendo executados no ano de 2018. Apresentou o Plano de Ação
33 Estadual, pontuou todos os pisos que o município de Londrina já recebe recurso financeiro:
34 Serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias - PPAS V: sendo 12 parcelas de
35 R\$60.000,00 (sessenta mil reais) referentes a 21 metas para casa de passagem e 123 metas
36 para abrigo institucional; Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes - PPAS IV:
37 sendo 12 parcelas no valor de R\$32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) para
38 atendimento de 16 metas de abrigo institucional para crianças e adolescentes na faixa etária

8



Conselho Municipal de Assistência Social

9

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

10

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

11

CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

12

13

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39de 0 a 18 anos incompletos, 25 metas para acolhimento familiar de crianças e adolescentes

40na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, 80 metas na modalidade casa lar para

41atendimento a crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, 12 metas

42na modalidade republica para jovens na faixa etária de 18 a 21 anos; Serviço de Acolhimento

43Institucional para Pessoas em Situação de Rua: sendo 12 parcelas no valor de R\$20.000,00

44(vinte mil reais) mês, para atendimento a 20 metas para adultos em processo de saída das

45ruas no serviço de acolhimento em republica, 123 metas para adultos e famílias no serviço

46de acolhimento institucional e 21 metas para adultos e famílias na modalidade casa de

47passagem; Serviço de Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua: sendo 12

48parcelas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) mês para atendimento do serviço

49especializado em abordagem social, sendo 07 metas para adolescentes, 128 metas para

50adultos, 07 metas para crianças, 79 metas para famílias e 12 metas para pessoas idosas;

51Centro Pop - PPAS-II:sendo 12 parcelas no valor mensal de R\$11.500,00 (onze mil e

52quinhentos reais) para atendimento no serviço especializado para pessoas em situação de

53rua no centro pop, sendo 137 metas para jovens, 75 metas para adultos, 13 metas para

54pessoas idosas e 20 metas para famílias. Amnada pontuou que em relação a execução dos

55recursos, o repasse do estado dá mais abertura para trabalhar, pois pode ser executado com

56despesas relacionadas a recursos humanos, capital e custeio. Após a apresentação Neusa

57colocou o Plano de Ação Cofinanciamento Estadual para a deliberação da plenária.

58Cassineia questionou se os co-financiamentos por parte do Município, tanto Estadual como

59Federal, constam na Lei de Orçamento, foi respondido pela Amanda que sim. Sendo assim

60foi aprovado com 19 votos. **3. Apresentação do Plano de Ação de Cofinanciamento**

61**Federal:** Amanda Boza, Diretora de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social,

62apresentou o Plano de Ação - cofinanciamento federal pontuou que o sistema já vem

63preenchido com dados do município e alguns indicadores da rede socioassistencial,

64apresentou as metas pactuadas para cada serviço. Bloco da Proteção Social Basica-Piso

65Básico fixo para Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF com referência

66de pactuação de 40 mil famílias com previsão de atendimento das respectivas metas, com

67previsão de financiamento no valor de R\$96.000,00 (noventa e seis mil reais) mês; Serviço

68de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pactuação de 1340 usuários

69referenciados nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares, com

70previsão de atendimento de 1540 metas; 670 usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e

71maiores de 60 anos em situações prioritárias e previsão de atendimento de 770 metas com

72previsão de financiamento de no valor de R\$67.000,00 (sessenta e sete mil reais) mês;

73Bloco da Proteção Social Especial - Serviço de Acolhimento a outros públicos: mulheres em

74situação de violência, previsão de atendimento de 20 metas, jovens com previsão de

75atendimento de 12 metas, idosos com previsão de atendimento de 200 metas e pessoas com

76deficiência com previsão de atendimento de 05 metas, com previsão de financiamento no

77valor de R\$9.000,00 (nove mil reais) mês; serviço de acolhimento a adultos e famílias com

78previsão de atendimento de 200 metas, com previsão de financiamento no valor de

79R\$40.000,00 (quarenta mil reais) mês; serviço de acolhimento a crianças e adolescentes com

80previsão de 180 metas, com previsão de financiamento de 65.000,00 (sessenta e cinco mil

14

2

15



Conselho Municipal de Assistência Social

16

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

17

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

18

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

19

20 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
81reais) mês; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos em
82situação de risco por violação de direitos - PAEFI, com previsão de atendimento de 1.000
83metas, com previsão de financiamento no valor de R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais) mês;
84serviço especializado em abordagem social para famílias e indivíduos que utilizam espaços
85públicos como forma de moradia e ou sobrevivência com previsão de atendimento de 500
86metas, com previsão de recurso financeiro no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)
87mês; serviço especializado para pessoas em situação de rua, famílias e indivíduos em
88situação de rua, com previsão financeira no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) mês; serviço
89de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas LA e PSC,
90com previsão de atendimento de 500 metas, com previsão de recurso financeiro no valor de
91R\$26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais) mês; serviço de proteção social especial
92para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias com previsão de atendimento de 750
93metas, com previsão de financiamento no valor de R\$26.788,28 (vinte e seis mil, setecentos
94e oitenta e oito reais, vinte e oito centavos) mês; Programas e Projetos-Avaliação e
95operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV, pactuação de 440 metas com a
96previsão de atendimento das respectivas metas com previsão de financiamento no valor de
97R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) anual; Programa ACESSUAS-TRABALHO,
98destinado para 6.100 usuários na faixa etária de 14 a 59 anos, com previsão de atendimento
99das respectivas metas, com previsão de financiamento no valor de R\$101.790,64 (cento e
100um mil, setecentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) anual. Bloco da Gestão
101IGD-M do programa Bolsa Família, com previsão de financiamento no valor de 70.449,60
102(setenta mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mês e IGDM-SUAS
103no valor de R\$13.242,90 (treze mil, duzentos e quarenta e dois reais e noventa centavos)
104mês. O conselheiro Alisson Poças perguntou como são criados esses indicadores, Neusa
105Tiba explicou que são dos registros dos atendimentos dos serviços, informados no IRSAS
106-Informação da Rede de Serviços Sócioassistenciais do município de Londrina. Maria Inês
107Louro colocou que nem todas as atividades realizadas pelos serviços são registradas no
108referido sistema, destacou que poderíamos conseguir melhorar os indicadores e obter mais
109recursos, exemplificou as ações comunitárias realizadas pelos CRAS, pois nem todos os
110participantes tem registro no IRSAS. O conselheiro Paulo Aragão ressaltou a importância de
111atualização do cadastro único e a realização do mutirão, pois o mesmo está sendo
112importantíssimo, já que a atualização cadastral refletirá nos indicadores para recebimento de
113recursos para o Programa de Transferência de Renda. Neusa colocou para deliberação da
114plenária o Plano de Ação Federal, sendo aprovado pela plenária com 18 votos. Amanda
115informou que além da aprovação do plano, o município tem que encaminhar o Plano
116Municipal de Assistência Social em vigência; declaração de prioridades que deveria ser
117escrita por manuscrito e enviado pela Gestão com a ciência do conselho, informou que na
118declaração tudo foi colocado como prioridade menos o centro dia, tendo em vista que ainda
119não foi implantado. Neusa explicou a questão da prorrogação da vigência do plano municipal,
120destacou que isso ocorreu porque o município não obteve as orientações e diretrizes do
121plano estadual. Juliana Prette representante da Caritas perguntou por que não seria
122prioridade o Centro Dia, e pontuou que os técnicos da Cáritas, estão indicando a

21

3

22



Conselho Municipal de Assistência Social

23

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

24

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

25

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

26

27 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

123necessidade de centro dia nos relatórios para o Ministério público. Neusa explicou que dentre
124os profissionais do Centro Dia estão os profissionais de saúde e não estão no quadro de
125Recursos Humanos da Nob Suas e por isso não tem como implantá-lo sem uma ampla
126discussão com a rede de serviços envolvida. **4. Comissão de Inscrição:** a conselheira
127Janiana Stabile, apresentou os pedidos de inscrições analisados pela comissão: Associação
128Londrinense de Circo, Congregação de Irmãs da Pequena Missão para Surdos, Instituto José
129Gonzaga Vieira, Cristima - Movimento Cristo te Ama, destacou que as inscrições devem ser
130provisórias e devendo ser acompanhadas pela comissão de acompanhamento por um
131período de 06 meses. Neusa Tiba abordou a legalidade da inscrição provisória pautado na
132legislação nacional bem como na legislação municipal através da resolução CMAS nº
133060/2014. Alisson perguntou qual o papel da comissão de acompanhamento no período de
134inscrição provisória do serviço. Paulo Aragão explicou que a entidade mediante a inscrição no
135conselho deverá iniciar suas atividades no período de até seis meses, neste período a
136entidade deverá ser acompanhada pela comissão de acompanhamento através de visitas,
137após o período de seis meses a referida comissão avaliará pela inscrição definitiva ou
138cancelamento. Cassineia Caberlin perguntou se as entidades acima citadas podem participar
139do chamamento público apenas com inscrição provisória. Neusa informou que sim e reforçou
140que a inscrição não garante que a entidade seja aprovada em chamamento ou receba
141recursos públicos. O conselheiro Claudio Melo pontuou a preocupação com relação a
142inscrição provisória para um serviço que ainda não executa as ações e pode vir a não
143executar, já que não sendo contemplada pelo chamamento público e o serviço pode não ser
144implantado e mesmo assim a entidade com inscrição no conselho pode conseguir isenções e
145outros benefícios. O conselheiro Alisson perguntou se as instituições que irão ofertar o
146serviço de convivência e fortalecimento de vínculos também terão que realizar registro no
147CMDCA. Neusa informou que toda entidade que presta atendimento a criança e adolescente
148obrigatoriamente tem que estar inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
149Adolescente. Alisson perguntou novamente se por ventura a entidade que atende na
150modalidade de serviço de convivência pode participar do chamamento público só com inscrição
151no conselho municipal de assistência social, Neusa informou que não e pontuou para a
152comissão de acompanhamento a importância do acompanhamento junto as entidades com
153inscrições provisórias, tendo em vista que o acompanhamento é obrigatório no referido
154período. Neusa levou a proposta de inscrição dos serviços para aprovação da plenária o qual
155foi aprovado com 19 votos. O Pastor Jonas reforçou sobre importância do acompanhamento
156dos serviços pela comissão de acompanhamento independente se a entidade seja
157contemplada ou não com chamamento, pois se não desenvolverem o serviço no período
158estabelecido deve ter a inscrição cancelada. **5. Comissão de Fundo:** Pastor Jonas informou
159que os relatos ficaram para a próxima reunião. **6. Relato de Comissões:** Com relação a
160comissão de legislação, Neusa pontuou que no mês de agosto termina o prazo do seu
161mandato como presidente do conselho e que a sociedade civil deverá assumir; pontuou
162algumas demandas que ainda não conseguiu finalizar, principalmente no que tange a
163legislação e instrumentos utilizados pelo conselho, tais como regimento interno e
164instrumentos utilizados para pedido de inscrição e renovação de inscrição que devem ser

28

4

29



Conselho Municipal de Assistência Social

30

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

31

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

32

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

33

34

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

165aprimorados e pontuou para representantes da sociedade civil irem pensando numa
166representatividade para presidência do conselho para gestão do período 2018 a 2019.
167**Informes:** reunião dia 27/07/2018 às 9h na Guarda Mirim para discutir a audiência pública.
168Neusa apresentou o convite do Conselho de transparência e controle social referente vagas
169em vacância para os conselheiros interessados, não houve interesse de nenhum conselheiro.
170Apresentou a planilha de controle de ofícios recebidos: Orientação quanto a regular execução
171financeira e prestação de contas - exercício 2016 (MDS / FNAS, Comunicação de
172transferência de recursos – no valor de R\$ 240.000,00 (MDS / FNAS); resposta ao ofício
173036/2018CMAS – Complementação de Informações sobre o PMTR (SMAS); Comunicação
174de transferência de recursos – SIGTV R\$ 100.000,00 Emenda Parlamentar; Resposta ao
175ofício 046/2018CMAS – informação sobre as contas sem movimentação. Senhor Carlos da
176Silva, pediu a fala para agradecer o conselho pelo período que foi conselheiro e dizer que
177está feliz com esses novos conselheiros representantes de usuários que integraram ao
178conselho, posterior abordou que algumas mães do bairro onde reside conjunto Vista Bela o
179procurou para reclamar que a escola está cobrando uniforme dos alunos e questionou onde
180pode apresentar essa demanda. Paulo colocou que a secretaria do conselho a senhora
181Selma pode orienta-lo a procurar o conselho da Criança e Adolescente e solicitar orientações
182referente o assunto em questão, diante da situação o conselheiro Claudio se disponibilizou a
183acompanhar o senhor Carlos na reunião do CMDCA na quinta-feira dia 25/07/2018 na Igreja
184Nova Aliança para ele apresentar a referida demanda. Após Neusa socializou o convite de
185inauguração do CIEE/PR dia 9 de agosto de 2018 às 17 horas na Rua Pará, 162,
186Londrina/PR. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. A
187reunião foi encerrada às 16h, sendo o que havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de
188Andrade, segunda Secretária deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária
189que será caminhada para apreciação e aprovação.